

Declaração da Coligação de Cidades para os Direitos Digitais

Nós, as cidades signatárias, unimo-nos formalmente para formar a Coligação de Cidades para os Direitos Digitais, para proteger e defender os direitos humanos na internet a nível local e global.

A **internet** tornou-se inseparável das nossas vidas quotidianas. No entanto, todos os dias há novos casos de abuso de direitos digitais, uso indevido e desinformação, e concentração de poder no mundo: **liberdade de expressão** a ser censurada; informação pessoal, incluindo os nossos movimentos e comunicações, a ser monitorizada, partilhada e vendida sem consentimento; algoritmos ‘caixa negra’ a serem usados na tomada de decisões não-responsabilizáveis; redes sociais a serem usadas como uma ferramenta de assédio e discurso de ódio; e **processos democráticos** e opinião pública a serem comprometidos.

Como cidades, as instituições democráticas mais próximas das pessoas, comprometemo-nos a eliminar os obstáculos à exploração de oportunidades tecnológicas que melhoram as vidas dos nossos cidadãos, e a fornecer serviços digitais e infraestruturas fiáveis e seguras que apoiem as nossas comunidades. Acreditamos firmemente que **princípios dos direitos humanos como a privacidade, a liberdade de expressão e a democracia** devem ser incorporados de forma intencional nas plataformas digitais, começando por infraestruturas e serviços digitais controlados localmente.

Como uma coligação, e com o apoio do *Human Settlements Programme* das Nações Unidas ([UN-Habitat](#)), iremos partilhar as melhores práticas, aprender com os desafios e sucessos de cada uma, e coordenar iniciativas e acções comuns. Inspiradas pela *Internet Rights and Principles Coalition* ([IRPC](#)), o trabalho de 300 parceiros internacionais nos últimos dez anos, estamos comprometidas com os seguintes cinco princípios evolutivos:

1. Acesso universal e igualitário à internet e literacia digital

Todos devem ter acesso à internet e a serviços digitais de forma acessível e a preços comportáveis, em condições de igualdade, bem como as competências digitais para tirar partido desse acesso e superar o fosso digital.

2. Privacidade, protecção de dados e segurança

Todos devem ter privacidade e controlo sobre a sua informação pessoal através da protecção de dados, tanto nos locais físicos como virtuais, para garantir confidencialidade, segurança, dignidade e anonimato digital, e soberania sobre os seus dados, incluindo o direito de saber o que acontece com os seus dados, quem os utiliza e para que fins.

3. Transparência, responsabilidade e não discriminação de dados, conteúdos e algoritmos

Todos devem ter acesso a informação compreensível e precisa sobre os sistemas tecnológicos, algorítmicos e de inteligência artificial que afectam as suas vidas, e a capacidade de questionar e alterar sistemas injustos, tendenciosos ou discriminatórios.

4. Democracia participativa, diversidade e inclusão

Todos devem ser representados na internet, e envolverem-se colectivamente com a cidade através de oportunidades abertas, participativas e transparentes, para moldar as tecnologias concebidas para ele(a)s, incluindo a gestão das nossas infraestruturas digitais e dos dados como um bem comum.

5. Padrões abertos e éticos de serviços digitais

Todos devem poder usar as tecnologias da sua preferência, e esperar o mesmo nível de interoperabilidade, inclusão e oportunidade nos seus serviços digitais. As cidades devem definir as suas próprias infraestruturas tecnológicas, serviços e agenda, através de padrões abertos e éticos de serviços digitais e de dados, para garantir que cumprem esse compromisso.